



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9498

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Maria das Graças Gonçalves Dias

Data: 25/04/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 26/2017. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Rural dos Trabalhadores de Pipoca”. (Referente à Lei nº 4.970, de 26/05/2017).

Controle Interno – Caixa: 25.13

Posição: 03

Número de folhas: 05

Espécie: P.L.
Categoria: Utilidade Pública
Cx: 25.13
Ordem: 03
nº folhas: 22

Nº 15/2017



09.05.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 26/2017

AUTOR:

Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias

Lei nº 4.970, de 26/05/2017

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação Rural dos Trabalhadores de Pipoca.

MOVIMENTO

Entrada em 25/04/2017

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - APROVADO EM REGIME DE UR CEN
- 4 - CIA EM. 09.05.2017.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI NÚMERO 26 DE 2017


Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

O povo de Município de Montes Claros-MG, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de ASSOCIAÇÃO RURAL DOS TRABALHADORES DE PIPOCA, inscrita no CNPJ 01.448.491/0001-09 sob o número, com sede na localidade de Pipoca, distrito de Vila Nova de Minas, no Município de Montes Claros/MG.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de abril de 2017.


Vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias
(Graça da Casa do Motor)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 25 DE ABRIL DE 2017
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE ORÇEN CIA
EM 09 DE MAIO DE 2017
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 026/2017 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO RURAL DOS TRABALHADORES DE PIPOCA”, DE AUTORIA DA VEREADORA MARIA HELENA DE QUADROS LOPES.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 26 de abril de 2017.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 26/2017

AUTOR: Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Rural dos Trabalhadores de Pipoca".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/04/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Rural dos Trabalhadores de Pipoca".

De acordo com o Estatuto a referida entidade desenvolve os seguintes programas: de saúde preventiva e curativa; de assistência ao menor carente; de educação rural e urbana de 1º grau e profissionalizante; de incentivo à agricultura; de cooperativa de pequenos agricultores; melhoramento de estradas rurais e de saneamento básico.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2017

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____